

**CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO A CONTRATO DE
AQUISIÇÃO DE BENS PARA RENOVAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE
INDICAÇÃO RODOVIÁRIA**

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o fornecimento e instalação de bens para renovação da sinalização rodoviária de indicação.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de

acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5. Em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o acompanhamento da execução do contrato será assegurado por Maksym Darmogray enquanto Gestor de Contrato.

Cláusula 3.ª

Prazo

1. O prazo de entrega e colocação dos bens é de 60 dias, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O início do contrato conta-se a partir da data de assinatura do mesmo e após publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, sendo condição de eficácia do respetivo contrato esta publicitação.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de fornecimento e instalação dos bens conforme indicado no Anexo I do presente Caderno de Encargos;
 - b) Obrigação de garantia dos bens;
 - c) Obrigação de continuidade de fabrico;

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante o Município de Abrantes por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.ª

Entrega dos bens objeto do contrato

1. Os bens são entregues e instalados nos locais indicados no Anexo I do presente caderno de encargos.
2. Os bens objeto do contrato podem ser armazenadas em Estaleiro Municipal de Abrantes, Via Industrial 1, 2200-480 Abrantes, caso houver a necessidade.
3. O fornecedor poderá disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
4. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como, do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
5. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato, a respetiva montagem do equipamento e respetivos documentos para o local de entrega são da

responsabilidade do fornecedor, sendo que os valores são previamente incluídos e pagos pelo Município de Abrantes no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 7.ª

Verificações

1. Efetuada a entrega e montagem dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 7 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no anexo I ao presente Caderno de Encargos e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de verificação, o fornecedor deve prestar ao Município de Abrantes toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

Cláusula 8.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, o Município de Abrantes deve de isso informar, por escrito, o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Abrantes, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, o Município de Abrantes procede à realização de novas verificações, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.ª

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de dois anos a contar da montagem dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no anexo I ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento e integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) O fornecimento dos componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - d) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - e) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - f) A mão-de-obra.
2. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o Município de Abrantes tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.
3. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Abrantes e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 10.ª

Garantia de continuidade de fabrico

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo de 2 anos a contar da assinatura do auto de receção respetivo.

Secção II

Obrigações do Município de Abrantes

Cláusula 11.ª

Preço Base

Nos termos e para os efeitos do disposto no art. 47.º do CCP, o preço base (máximo) do procedimento, como parâmetro base (máximo) do preço contratual, é fixado em 7.760,76€ (sete mil e setecentos e sessenta euros e setenta e seis cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 12.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento e montagem dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Abrantes deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 13.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Abrantes, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Abrantes das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega e montagem dos bens objeto do contrato, a instalação e a demonstração do funcionamento dos mesmos.
3. As faturas deverão ser enviadas para o email faturacao@cm-abrantes.pt, com a indicação do número da requisição ou do compromisso.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Abrantes, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 14.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Abrantes pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 40% do montante da adjudicação;

- b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 80% do montante da adjudicação;
- c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 25% do montante da adjudicação;
- 2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Abrantes pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 100% do montante da adjudicação;
- 3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea *a)* do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
- 4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Abrantes tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
- 5. O Município de Abrantes pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Abrantes exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.^a

Força maior

- 1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Abrantes pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Abrantes.

Cláusula 17ª

Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato nos termos da lei, quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da [Cláusula 19.ª].
3. Nos casos previstos no n.º 1 da mesma cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Abrantes, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Seguros

Cláusula 18.ª

Seguros

1. Todos os seguros obrigatórios e/ou facultativos indispensáveis ao bom cumprimento do contrato, serão da responsabilidade do fornecedor.
2. O Município de Abrantes pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo 5 dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 19.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 20.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 23.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

ANEXO I

POSTE N.º 1 - (a alterar) Localizado: Rotunda do RAME (Quartel) 1 placa branca decorada para Caixa 1 1600x300, com a indicação de: "Lisboa A23" 1 placa castanha decorada para Caixa 4 1600x300, com a indicação de: "Castelo do Bode" c/ símbolo III-1
POSTE N.º 2 - (a alterar) Localizado: Rotunda do RAME (Quartel) 1 placa azul decorada para Caixa 4 1600x300, com a indicação de: "pousada de juventude" c/ símbolo II-6 1 placa azul decorada para Caixa 5 1600x300, com a indicação de: "hospital" c/ símbolo I-1.1 1 placa castanha decorada para Caixa 6 1600x300, com a indicação de: "aquapolis" c/ símbolo III-4
POSTE N.º 3 - (a alterar) Localizado: Av. D. Manuel I 1 placa azul decorada para Caixa 2 1600x300, com a indicação de: "pousada de juventude" c/ símbolo II-6 1 placa azul decorada para Caixa 3 1600x300, com a indicação de: "hospital" c/ símbolo I-1.1 Acrescentar Caixa 4 1600x300 - 1 placa castanha decorada para Caixa 4 1600x300, com a indicação de: "castelo" c/ símbolo IV-1 1 placa traseira
POSTE N.º 4 - (a alterar) Localizado: Rotunda do RAME (Quartel) 2 placas castanhas decoradas para Caixa 1 1600x300, com a indicação de: "parque urbano" c/ símbolo III-4
POSTE N.º 5 - (a alterar) Localizado: Av. das Forças Armadas Substituir bobine de 2200 por 2900 1 placa laranja decorada para Caixa 3 1600x300, com a indicação de: "cidade desportiva" c/ símbolo V-9 1 placa laranja decorada para Caixa 4 1600x300, com a indicação de: "piscina" c/ símbolo V-7 Acrescentar Caixa 5 1600x300 caixa vem poste 14 1 placa azul decorada para Caixa 5 1600x300, com a indicação de:

"polícia" c/ símbolo I-1.7 1 placa traseira Recupera-se bobine de 2200
POSTE N.º 6 - (a alterar) Localizado: Largo Dr. Mário Soares Retirar Caixa 1 c/ indicação de "G. A.T." Recupera-se Caixa 1600x300 - vai p/ poste 3
POSTE N.º 7 - (a alterar) Localizado: Largo Dr. Mário Soares / Rua das Acácias 1 placa laranja decorada para Caixa 2 1600x300, com a indicação de: "cidade desportiva" c/ símbolo V-9 Acrescentar Caixa 4 1600x300 caixa vem poste 19 1 placa azul decorada para Caixa 4 1600x300, com a indicação de: "polícia" c/ símbolo I-1.7 1 placa traseira
POSTE N.º 8 - (a alterar) Localizado: Rua Visconde da Abrançalha / Rua das Acácias Substituir bobine 1430 por 1980 1 placa laranja decorada para Caixa 2 1600x300, com a indicação de: "cidade desportiva" c/ símbolo V-9 Acrescentar Caixa 3 1600x300 caixa vem poste 29 1 placa azul decorada para Caixa 3 1600x300, com a indicação de: "polícia" c/ símbolo I-1.7 1 placa traseira Recupera-se bobine 1430
POSTE N.º 9 - (a alterar) Localizado: Av. 25 de Abril 1 placa azul decorada para Caixa 1 1600x300, com a indicação de: "hotel" c/ símbolo II-7
POSTE N.º 10 - (a alterar) Localizado: Rotunda do Viaduto Substituir bobine 2900 por 3600 Retirar Caixa 1 c/ indicação de "G. A.T." Acrescentar Caixa 3 1600x300, face simples, placa branca decorada, com a indicação de: "TAGUS" Acrescentar Caixa 4 1600x300 - caixa vem da posição 1 1 placa azul decorada para Caixa 4 1600x300, com a indicação de: "polícia" c/ símbolo I-1.7 Recupera-se bobine 2900
POSTE N.º 11 - (a alterar) Localizado: Rotunda do Viaduto Retirar Caixa 1 c/ indicação de "G. A.T." Acrescentar Caixa 4 1600x300 - caixa vem da posição 1 1 placa azul decorada para Caixa 4 1600x300, com a indicação de: "G. N. R." c/ símbolo I-1.6 Acrescentar Caixa 5 1600x300, face simples, placa azul decorada, com a indicação de: "bombeiros" c/ símbolo I-1.5

POSTE N.º 14 - (a alterar) Localizado: Av. das Forças Armadas Rodar a estrutura 180º Retirar Caixa 3 c/ indicação de "G.A.T." Recupera-se Caixa 1600x300
POSTE N.º 15 - (a alterar) Localizado: Rotunda da Liberdade Substituir bobine 1430 por 1980 Acrescentar Caixa 3 1600x300, face simples, placa branca decorada, com a indicação de: "escola secundária Solano de Abreu" c/ símbolo I-2.5 Recupera-se bobine de 1430
POSTE N.º 16 - (a alterar) Localizado: Rotunda da Liberdade 1 placa castanha decorada para Caixa 4 1600x300, com a indicação de: "biblioteca" c/ símbolo IV-3 1 placa azul decorada para Caixa 5 1600x300, com a indicação de: "posto de turismo" c/ símbolo II-8 1 placa castanha decorada para Caixa 6 1600x300, com a indicação de: "aquapolis" c/ símbolo III-4
POSTE N.º 17 - (a alterar) Localizado: Rotunda da Liberdade Reordenar indicações 1 placa azul decorada para Caixa 2 1600x300, com a indicação de: "unidade de cuidados na comunidade" 1 placa castanha decorada para Caixa 3 1600x300, com a indicação de: "castelo" c/ símbolo IV-1 1 placa azul decorada para Caixa 4 1600x300, com a indicação de: "cruz vermelha" c/ símbolo I-1.3 Retirar placa c/ indicação "centro de novas tecnologias" 1 placa azul decorada para Caixa 5 1600x300, com a indicação de: "hotel" c/ símbolo II-7
POSTE N.º 18 - (a alterar) Localizado: Rotunda da Liberdade Retirar placa c/ indicação de "G. A. T." 1 placa laranja decorada para Caixa 2 1600x300, com a indicação de: "cidade desportiva" c/ símbolo V-9 Retirar placa c/ indicação de "escola prática de cavalaria" 1 placa branca decorada para Caixa 5 1600x300, com a indicação de: "regimento de apoio militar de emergência"
POSTE N.º 19 - (a alterar) Localizado: Av. das Forças Armadas Substituir bobine 2200 por 2900 Retirar Caixa e placa c/ indicação de "G. A. T." Recupera-se Caixa 1600x300 caixa vai para poste 7 1 placa branca decorada para Caixa 1 1600x300, com a indicação de: "Lisboa A23" Acrescentar Caixa 5 1600x300, face simples, placa branca decorada, com a indicação de: "TAGUS" Recupera-se bobine 2200
POSTE N.º 25 - (a alterar) Localizado: Av. Dr. Santana Maia

1 placa azul decorada para Caixa 4 1600x300, com a indicação de: "pousada de juventude" c/ símbolo II-6
POSTE N.º 29 - (a alterar) Localizado: Av. D. António Prior do Crato Retirar Caixa e placa c/ indicação de "G. A. T." Recupera-se Caixa 1600x300 caixa vai para poste 8 Acrescentar Caixa 3 1600x300, face simples, placa branca decorada, com a indicação de: "TAGUS"
POSTE N.º 30 - (a alterar) Localizado: Av. 25 de Abril Substituir bobine 2900 por 3600 Retirar Caixa 1 c/ indicação de "G. A.T." 1 placa branca decorada para Caixa 3 1600x300, com a indicação de: "cidade desportiva" c/ símbolo V-9 Acrescentar Caixa 5 1600x300 - caixa vem da posição 1 1 placa azul decorada para Caixa 5 1600x300, com a indicação de: "posto de turismo" c/ símbolo II-8 Acrescentar Caixa 6 1600x300, face simples, placa castanha decorada, com a indicação de: "castelo" c/ símbolo IV-1 Recupera-se bobine 2900
POSTE N.º 31 - (a alterar) Localizado: Av. 25 de Abril 1 placa castanha decorada para Caixa 1 1600x300, com a indicação de: "aquapolis" c/ símbolo III-4 1 placa azul decorada para Caixa 2 1600x300, com a indicação de: "hospital" c/ símbolo I-1.1
POSTE N.º 32 - (a alterar) Localizado: Av. Dr. Francisco Sá Carneiro 1 placa castanha decorada para Caixa 1 1600x300, com a indicação de: "aquapolis" c/ símbolo III-4
POSTE N.º 24 - (a alterar) Localizado: Av. 25 de Abril Substituir bobine de 2900 por 3600 Retirar placa c/ indicação de "finanças" 1 placa castanha decorada para Caixa 1 1600x300, com a indicação de: "castelo" c/ símbolo IV-1 Acrescentar Caixa 3 1600x300, face simples, placa azul decorada, com a indicação de: "posto de turismo" c/ símbolo II-8 Recupera-se bobine 2900

